

CAMINHOS PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. O CASO DO PARQUE ESTADUAL DA ILHA ANCHIETA

Maria de Jesus Robim [1]
Dalmo Dippod Vilar [2]
Filomena Pugliese Fonseca [3]
Maria Dolores Alves Cocco [4]



OLAM - Ciência & Tecnologia, Rio Claro, SP, Brasil – eISSN: 1982-7784
Está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)

Introdução

A Ilha Anchieta, desde 1955, deixou de ser uma ilha-presídio e permaneceu por alguns anos sem um uso definido. Hoje é um dos grandes atrativos da região de Ubatuba, no Litoral Norte de São Paulo.

A Ilha Anchieta foi transformada em Parque Estadual em 29 de março de 1977, através do Decreto 9.629 (SÃO PAULO. Leis, decretos etc., 1977), em acordo com o que estabelece o artigo 5o da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965:

O Poder Público criará: a) Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da Flora, da Fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), aprovado pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, Leis, decretos etc., 2000) institui no país dois grupos de Unidades de Conservação em níveis federais, estaduais e municipais: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

O Grupo de Unidades de Proteção Integral é composto por várias categorias de Unidade de Conservação (UCs): Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

Os Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais:

têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, Leis, decretos etc., 2000).

A transformação da Ilha Anchieta em unidade de conservação de proteção integral ganhou um novo significado e, com ele, novas funções.

Dentro deste contexto, o patrimônio histórico-arquitetônico lá remanescente também teve suas atribuições transformadas e novas possibilidades de uso se delinearão. Um dos poucos conjuntos arquitetônicos destinados à prisão, datado do início do século XX, e que sofreu transformações ao longo das décadas seguintes. Em outros estados, os presídios de Fernando de Noronha e o de Ilha Grande, estão em ruínas ou foram demolidos. Assim depois de recuperado, este exemplar poderá ter seu valor reforçado enquanto único “documento” arquitetônico a materializar a mentalidade de um período. (SÃO PAULO, 1998, p.55)

Do ponto de vista do planejamento, a área tem um Plano elaborado em 1989, que estabelece uma Zona de Uso Intensivo que abrange algumas “Áreas Histórico-Culturais”, com a finalidade de preservar as instalações históricas e restaurá-las, permitindo seu uso público com segurança, e propiciar oportunidade para pesquisas culturais (arqueológicas, antropológicas, históricas, arquitetônicas etc.) e o desenvolvimento de programas de educação patrimonial-ambiental e interpretação (GUILLAUMON *et al.*, 1989).

Do ponto de vista turístico, a região e o município, onde se situa a Unidade de Conservação, possuem um cenário encantador, constituído pelo verde que cobre as escarpas da Serra do Mar, pelas inúmeras praias e diversas ilhas. Têm um grande potencial para o desenvolvimento do ecoturismo. Porém, o turismo da região é caracterizado pela sua sazonalidade. No verão, um grande número de pessoas invade a região à procura do sol e da praia.

A Ilha Anchieta é invadida e apropriada da mesma maneira, ainda que sua localização afastada, o acesso dependente de uma forma de transporte caro e a condição de um bem público com alguns mecanismos de controle a preservem de um “ataque” mais efetivo (SÃO PAULO, 1998).

A Ilha é mais que uma área com lindas praias, é um espaço protegido pouco estudado e ainda, a ser descoberto. Do ponto de vista cultural, deverá oferecer estímulos que despertem nos visitantes diferentes interesses e “olhares”, que identifiquem a importância da preservação de seus bens culturais.

Existem inúmeras possibilidades para o enriquecimento da experiência do visitante na área. Deve-se pensar em formas e estratégias que façam os visitantes reconhecerem a ilha como um espaço privilegiado para a contemplação da natureza, a realização de atividades de educação ambiental, com os temas de ecologia marinha, ecossistemas de Mata Atlântica, história, arqueologia e ambiente construído, bem como as “vivências” que conciliem o ócio e o cultural.

Nessa perspectiva, este trabalho busca identificar os vestígios arqueológicos e arquitetônicos das “Áreas Histórico-Culturais”, que atribuam ao lugar novos significados e novas formas para compreensão do passado. A partir desses novos elementos e objetos construídos socialmente no passado, propor critérios para o planejamento e implantação de um sistema de visitação controlada e de educação ambiental e patrimonial no PEIA.

Este artigo é parte dos resultados alcançados pelo Projeto de Políticas Públicas – FAPESP - Processo nº 03/06416-2, intitulado “*Significados histórico – arqueológico, arquitetônico e ambiental do Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA) – Diretrizes para Restauração e Revitalização de Patrimônio Histórico-Cultural em Unidades de Conservação*”, com o objetivo de orientar as ações de políticas públicas referentes à conservação, restauração e utilização de monumentos históricos em Unidades de Conservação do Estado de São Paulo.

Patrimônio cultural e natural

Atualmente, o conceito de “patrimônio cultural” adquiriu um peso significativo no mundo ocidental. As discussões ocorridas na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em Paris, no ano de 1972, indicaram a viabilidade da associação entre natureza e cultura no que se refere aos bens patrimoniais (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006).

De um discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização, se avançou para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas. Desta maneira, múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais na esfera local, estadual, nacional ou internacional. (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p.251).

A UNESCO, graças à sua vocação interdisciplinar, desempenha um papel pioneiro na convergência das vertentes natural e cultural no conceito de patrimônio. Às preocupações com o meio ambiente juntaram-se os objetivos

culturais de preservação, tendência cristalizada na Convenção do Patrimônio Mundial, em 1972. (BO, 2003).

Assim, nos Artigos 1º e 2º do item I da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, encontra-se o seguinte:

Para os fins da presente convenção são considerados como patrimônio cultural:

- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Artigo 2º - são considerados patrimônio natural:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico,
- os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

De acordo com Zanirato e Ribeiro (2006), a convenção buscava definir o patrimônio pelo duplo aspecto cultural e natural, por entender que o homem interage com a natureza e se faz necessário preservar o equilíbrio entre ambos:

O patrimônio cultural converte-se no conjunto de elementos naturais ou culturais, materiais ou imateriais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais de sua identidade. (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p.259)

Esses autores consideram que a nova concepção de cultura possibilita uma nova leitura do território, o patrimônio passa a ser entendido como recurso a ser preservado.

Nas últimas décadas, as áreas naturais com características singulares e detentoras de rica biodiversidade são reconhecidas enquanto “Patrimônio Natural”, como é o caso da Reserva da Mata Atlântica do Sul-Sudeste brasileiro. Formada por 25 áreas protegidas num total de 470.000 hectares ocupados pela Serra do Mar, coberta por densa floresta, áreas úmidas, ilhas costeiras, cavernas e ecossistemas associados, formando um conjunto de magnífica beleza cênica, riqueza ambiental e cultural (BO, 2003).

A Ilha Anchieta, situada no Litoral Norte de São Paulo, foi tombada pela Secretaria da Cultura através da Resolução n.40, de 6 de junho de 1985, que visa à preservação da natureza e à manutenção da qualidade ambiental das encostas atlânticas e das ilhas do litoral paulista (SÃO PAULO, 1985). Segundo Antonieto (2006), o Parque Estadual da Ilha Anchieta, por estar em terras públicas protegidas, faculta seus recursos naturais e culturais a serem desfrutados por todos, possibilitando o acesso às presentes gerações e também às futuras.

Além da suprema função de repositório da biodiversidade *in situ*, as unidades de conservação de proteção integral cumprem um importante papel nas estratégias gerais de conservação, servindo como foco central para projetos de Educação ambiental, assim como laboratórios naturais para pesquisa científica (SILVA, 2004).

De acordo com Bussolotti e Robim (2007), é imprescindível que a comunidade local perceba a Unidade de Conservação como sua, parte de seu cotidiano. Revitalizar o patrimônio cultural e histórico de áreas protegidas aproxima as pessoas, para que possam conhecer este espaço não só como espaço de conservação dos recursos naturais, mas também, de sua memória e história

O conceito de patrimônio enquanto bens representativos da memória social, que não é única, mas plural, é sempre uma memória de diversos grupos sociais. Sua preservação se faz, assim, em nome da coletividade como um legado que se deixa para futuras gerações. Faz-se, portanto, em nome de um interesse público (SCIFONI, 2003).

Área de estudo

A Ilha Anchieta localiza-se no Litoral Norte do Estado de São Paulo, entre as coordenadas geográficas de 23° 31' e 23° 34' de latitude Sul e 45°02' e 45° 05' de longitude Oeste de Greenwich, na costa do município de Ubatuba. Transformada em Parque Estadual em 1977, possui de 828 ha. Diferente do que acontece em outros parques paulistas, o PEIA, não é habitado por moradores de comunidades tradicionais, embora em seu entorno marinho, sejam encontrados

três cercos com equipamentos artesanais de pesca tradicional manejados por caiçaras da região (ROBIM *et al.*, 2004).

Situada em região de Mata Atlântica, as matas existentes têm características de floresta secundária, sendo possível diferenciar um estágio mais adiantado e outro menos adiantado de regeneração (GUILLAUMON *et al.*, 1989). Em função disso, os autores adotaram duas unidades para distinguir a vegetação de floresta que recobre as encostas da ilha: a Mata Latifoliada Densa, em estágio avançado de regeneração, localizada predominantemente no setor Nordeste da ilha; e Mata Latifoliada Rala, em estágio de regeneração menos avançado, no setor Sudoeste da ilha.

A cobertura vegetal da Ilha Anchieta sofreu grandes alterações em suas diferentes fases de ocupação. Segundo Robim (1999), isto se deu tanto em razão da extração de madeiras nobres, destinadas às construções naval e civil, como pelo fato de ter sido bastante habitada, pois no século XIX era uma Freguesia da Comarca de Ubatuba, o que, portanto, provocava alterações na paisagem natural. Ainda segundo a autora, áreas mais planas e de mais fácil acesso, as matas nativas foram sendo substituídas pelo cultivo de cana-de-açúcar e café, além das lavouras de subsistência.

O Parque Estadual da Ilha Anchieta é um ambiente com gradientes de humanização, mesmo sofrendo grandes alterações em seu ambiente natural, possui um grande valor paisagístico e histórico-cultural (KATAOKA, 2004).

O Plano de Manejo do PEIA, elaborado em 1989, dividiu a área em quatro zonas de uso: Zona Intangível, Zona de Uso Extensivo, Zona de Recuperação e Zona de Uso Intensivo. Nas zonas de Uso Extensivo e Intensivo situam-se as áreas destinadas ao desenvolvimento do Programa de Uso Público.

A Zona de Uso Intensivo abrange algumas “Áreas histórico-culturais”, as de “Uso Especial” e a Praia Grande, também, chamada de Praia das Palmas, com a borda da restinga que a margeia. Nessas áreas encontram-se o prédio do presídio, bem como as edificações que lhe serviram de apoio, entre as quais o quartel e várias residências; também ruínas históricas, algumas das quais anteriores à instalação do presídio (GUILLAUMON *et al.*, 1989).

Metodologia

Levantamento Histórico e Arqueológico

A Arqueologia, uma das Ciências Sociais, está voltada para o estudo das sociedades humanas, por meio da investigação de seus vestígios materiais. Assim, é preciso procurar no vestígio arqueológico (sítios, artefatos e quaisquer outros traços materiais de atividade cultural e seu contexto) seu conteúdo sociológico (LUMBRERAS, 1974). Os remanescentes da cultura material serão tratados enquanto documentos, vetores de informação que conduzem,

principalmente, às atividades cotidianas, mas que, em última análise, só podem ser entendidas na totalidade do sistema sociocultural.

Além dos diversos atributos que podem ser observados nos vestígios arqueológicos, a maneira como eles se dispõem no espaço, sua distribuição, é muito significativa, evidenciando características de sua territorialidade, interação e organização sócio- econômicas. Assim, artefatos, estruturas ou sítios não fazem sentido quando examinados isoladamente, só podendo ser compreendidos como partes integrantes de um sistema sociocultural, uma estrutura articulada e dinâmica (VILAR; FONSECA, 2004).

O interesse social da Arqueologia é o de conseguir ultrapassar o caráter estático e aparente do social e do cultural e analisá-lo em toda sua dimensão, dentro de um processo contínuo, onde o homem é sujeito ativo permanente em seu contexto espacial (entorno natural), o qual pode mudar e transformar em sua dinâmica de contínua produção da realidade social (ZAMORA, 1990).

Os meios de investigação da Arqueologia são multidisciplinares e próprios para armazenar o máximo de informações sobre o sítio arqueológico, com a descrição dos vestígios materiais: edifícios, materiais de construção, a análise dos documentos escritos, das fotografias, mapas, análises de laboratório, testemunhos orais, etc.

Com relação à metodologia histórica, foi adotado o método regressivo de Marc Bloch (1997), historiador da *École des Annales*, inicialmente aplicado à história rural, que, por suas características, foi o mais adequado ao levantamento histórico do patrimônio construído no PEIA, hoje sedimentado na paisagem. Para sua aplicação, utilizamos a iconografia, a cartografia (cartas, plantas), desenhos das obras, a fotografia, a documentação de arquivo, o inquérito sociológico retrospectivo (tradição oral), uma vez que, adotando-se um procedimento multidisciplinar, é possível estudar os testemunhos das diversas etapas de ocupação da Ilha.

Os dois métodos se imbricam e realizam sua síntese obtendo as informações que lhes interessam, pois seu principal objetivo reside justamente em seu caráter multidisciplinar, que tende para uma harmonia criativa entre teoria e prática, e entre História e a Arqueologia.

A pesquisa implicou o exame dos vestígios em relação à estrutura da paisagem, e o tratamento de sítios com um mínimo de concomitância cronológica, como unidades de um sistema de ocupação da área do PEIA, onde são especialmente importantes suas características funcionais.

A partir desta perspectiva, dois foram os enfoques de desenvolvimento deste trabalho:

a) a inserção do Presídio e sua estrutura de funcionamento no espaço maior de que faz parte, examinando as interações do homem com o meio ambiente. Procurou-se entender a localização dos sítios, por exemplo, olaria, vilas militar e civil, cemitério, reservatório do abastecimento de água etc., em relação aos elementos naturais que interferem na sua implantação na paisagem, assim como em relação à distribuição e disponibilidade, tanto dos recursos potenciais que a área oferece, como aqueles que efetivamente serão documentados no registro arqueológico.

b) a articulação do Presídio em relação ao conjunto de sítios, não somente através de similaridades de seus atributos, mas também através dos arranjos espaciais que se observam entre eles. Procurou-se identificar padrões de distribuição dos sítios em relação à compartimentação natural da área e inferir, a partir deles, as características organizacionais das unidades que compunham este sistema carcerário.

A coleta de informações envolveu o levantamento cartográfico, iconográfico e documental, através de revisão bibliográfica, consultas às instituições de pesquisa e acervos históricos, observações em campo e entrevistas com ex-funcionários do presídio.

O testemunho oral foi colhido com a finalidade de registrar as lembranças de trinta antigos moradores da Ilha, buscando resgatar informações inéditas relacionadas à localização de possíveis ocupações, que aportem material de interesse histórico e arqueológico, para o aprofundamento das informações coletadas por meio de documentos e observações em campo.

Inicialmente, foram preenchidas as informações relacionadas aos dados pessoais (idade, formação, origem e endereço atual) de cada entrevistado, em uma ficha denominada “Ficha Registro dos Filhos da Ilha”.

De acordo com Bussolotti e Robim (2007), desde a formação da Associação dos “Filhos da Ilha”, em 1999, vários moradores da época do Presídio fazem visita ao Parque. Estes antigos moradores são a história viva deste momento.

Os entrevistados são integrantes do grupo denominado “Filhos da Ilha”, que no passado eram funcionários do Presídio, ou eram esposas ou filhos desses funcionários. As entrevistas foram realizadas no Parque Estadual da Ilha Anchieta, durante a visita que fizeram à Unidade de Conservação.

A entrevista foi transcrita literalmente na íntegra, em seguida foi feita uma leitura criteriosa para a análise das respostas dos participantes e identificação de cada um dos temas abordados pelo roteiro, bem como de sua relevância para a organização do material e ordenação do conteúdo relacionado ao objeto de estudo.

Resultados

Fases de ocupação

A maior parte dos levantamentos históricos da Ilha Anchieta se concentra no período que abarca a segunda metade do século XIX e o século XX, tendo em vista a grande importância sociopolítica da implantação do complexo presidiário (Figura 1).



FIGURA1 – Vista do antigo presídio em 1943. (Fonte: Administração do PEIA, 2007).

Existem dados, porém, em fontes primárias que contemplam os séculos do período colonial. Há, portanto, necessidade de estudos mais sistemáticos em arquivos públicos, localizados principalmente em São Paulo, Santos e no Rio de Janeiro, de tal maneira que se possa criar um banco de dados com informações mais precisas sobre esse período de ocupação.

Em fontes secundárias encontramos algumas pistas que confirmam a nossa assertiva de que a história da Ilha não se restringe apenas aos novecentos.

Com relação ao século XVI, as futuras pesquisas históricas podem partir de duas premissas: a possível presença dos Tupinambás nesta ilha e a Confederação dos Tamoios:

De Angra dos Reis saiu a esquadra pela outra barra, também excelente do Cairuçu, e foi continuando a derrota até à Ilha dos Porcos, a que uma sesmaria antiga chama Tapera de Cunhambeba, por nela ter existido uma idéia, de que era cacique Cunhambeba, aquêlê índio, que, na sua canoa, conduziu para S. Vicente ao venerável Padre José de Anchieta, quando voltava de Iperoig, aonde fôra solicitar e ajustar as pazes com os Tamoios de Ubatuba e Laranjeiras. Passou avante da Ilha dos Porcos, e, deixando à mão direita a Enseado dos Maramomis, arrostou uma ilha alta, na latitude de 25 graus e 48 minutos, à qual deu o nome de S. Sebastião, por dêle rezar a Igreja nesse dia (...). (MADRE DE DEUS, 1954, p. 43)

A presença indígena na Ilha foi comprovada pela arqueóloga Sandra N. Amenomori, no período pré-colonial, do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, em seu trabalho "*Os Processos de Ocupação dos Grupos Pescadores-Coletores Pré-Históricos nas Ilhas do Litoral Norte de São Paulo*". Em pesquisa de campo, realizada em 2002, encontrou artefatos líticos e fragmentos de cerâmica corrugada e ungulada, por ela identificados como pertencente à tradição tupi-guarani (Figura2), nas praias: Praia do Engenho; de Dentro; das Palmas, e do Leste, o que demonstra a necessidade de estudos histórico-arqueológicos mais profundos sobre a presença humana.



FIGURA 2 – Fragmentos de cerâmica corrugada: tradição tupi encontrados em pesquisa de campo realizada em 2002, no PEIA.(Fonte: VILAR e FONSECA, 2004).

Com relação ao século XVII, Antônio R.V. de Oliveira, em seu relatório de 1810 oferecido ao Príncipe Regente D. João, e publicado em 1822 no Rio de Janeiro, em seu capítulo VIII, acerca dos ancoradouros mais notáveis e de algumas propriedades particulares de cada um dos Conselhos do litoral paulista afirma:

Na Ilha dos Porcos do Sul, na enseada dos Flamengos, agora dita dos Tubarões, quase em frente da sua extremidade meridional na terra firme, há excelentes ancoradouros. Por uma tradição constantíssima se diz que, nesta última parte, ancoraram mais de 40 vasos de guerra dos holandeses no meio do século décimo sexto, sendo, também, de grande proveito ao comércio, e a toda a qualidade de importação, e exportação a Enseada Ubatumirim, o Saco deste nome; e outro de Ubatuba na ponta do Alegre. Todos estes ancoradouros fazem independente de alheia navegação o conselho inteiro, de que é cabeça a pequena Vila de Ubatuba, a mais setentrional da referida costa. (OLIVEIRA, 1977, p. 33)

Referente ao século XVIII, Washington de Oliveira narra:

Em 1793 a Ilha dos Porcos (Ilha Anchieta) já era habitada. Assim deduzimos, porquanto em 4 de julho o Governador Lorena mandou ao mesmo Tenente Manoel Pereira Jorge que prendesse e remetesse SEGURO à Sala do Governo (em São Paulo), a Manoel Coelho, filho de Martinho Coelho, morador daquela Ilha, cabendo-lhe ainda, por determinação de 27 de fevereiro de 1794, prender e remeter sob escolta o Alferes Ângelo Soares, sem, contudo, esclarecer a razão dessas prisões, que, aliás, são algumas das muitas ordenadas. (OLIVEIRA, 1978, p.73)

Diante do exposto, é necessária a realização de um diagnóstico multidisciplinar na área do PEIA, para o conhecimento detalhado das condições físicas, sociais, geográficas, históricas e arqueológicas do local, bem como o registro de qualquer elemento interpretativo existente ou cuja formulação esteja em curso. O tratamento das informações a serem repassadas ao público deve sempre basear-se em dados científicos e técnicos, abordados de modo conciso e coerente, junto a documentos e bibliografia existentes, incluindo, quando possível, o saber popular, a tradição oral.

Memórias dos moradores da época do presídio

Dos 30 ex-moradores entrevistados, 15 eram do sexo feminino e 15 do sexo masculino, predominando as faixas etárias de 46 a 65 anos (60%). Com relação ao local de nascimento, 12 nasceram na Ilha Anchieta.

Essas pessoas moraram na Ilha no período de 1938 a 1956, a maioria (47,7%) morou de 1 a 2 anos na Ilha os outros (32,6%) moraram de 3 a 5 anos. Destes, a maioria foi identificada como sendo esposas e filhos dos funcionários militares e civis.

Com relação à localização de suas moradias, responderam que moravam na Vila Militar; na Vila Civil; Mangueirão; Morro do Papagaio; Praia do Engenho; Praia das Palmas; Saco Grande, e atrás do Presídio.

As respostas obtidas com o testemunho oral foram agrupadas em quatro temas: conhecimentos sobre os recursos naturais da Ilha na época do Presídio; sobre a ocupação pré-colonial e pós-coloniais; informações sobre o Presídio e o levante da Ilha Anchieta; e lendas e mitos.

Tema 1: Conhecimentos sobre os recursos naturais da Ilha na época do Presídio

Considerando que ocorreu grande alteração na cobertura vegetal da Ilha Anchieta, em diferentes fases de sua ocupação, especialmente no período de 1907 a 1955, quando do funcionamento do Presídio, grande parte de sua vegetação foi destruída para fornecimento de lenha e manutenção de pastagens para os rebanhos de cabras. Dessa forma, o testemunho oral dos antigos moradores é de grande valia para o resgate das informações, visando identificar as ações antrópicas e os elementos naturais da paisagem, naquele período.

Os depoimentos dos ex-moradores mostram que a prática da caça e da coleta de espécies vegetais era permitida. Listaram os animais e plantas mais freqüentes, como:

– *Pássaros*: juruti; sabiá; sabiá laranjeira; sabiá preto; sabiá-una; curió; coleirinho; saracura; pombinho; macuco; e, araponga.

– *Animais silvestres*: tatu; paca; raposa; lagarto; gambá; cotia; e, cachorro do mato.

– *Animais domésticos*: porco e cabra.

– *Espécies vegetais frutíferas*: uva caipira preta; laranja; banana; banana ouro; banana prata; abricó; mamão; jataí; ingá; araçá; goiaba; manga; cambucá; bacupari; grumixama; abacaxi; jambo; maracujá; maçã; banana maçã; banana da terra; e, limão cravo.

– *Plantas ornamentais cultivadas na época do presídio*: rosas, dalias e brincos de princesa.

Outros aspectos do território foram mencionados, como:

– *Sobre as praias*, os entrevistados disseram que: não existia a divisão entre as Praias do Presídio e Sapateiro, era conhecida apenas como Praia do Presídio e que a Praia das Palmas era chamada de Praia Grande.

– *Quanto à água para uso doméstico*, disseram que: vinha da represa localizada na face Norte, acima do Presídio e da represa do Sul. Os registros de vestígios não indicaram sinais de existência da represa do Sul, portanto, este é um dos pontos a ser melhor investigado em futuros projetos de arqueologia.

– *Sobre os rios e bica*, mencionaram: o rio no canto da Praia do Presídio que era escavado – vala, para dificultar passagem dos presos –, onde tinha muitas lagostas e lagostins.

– *O rio da Praia das Palmas*: tinha a sua vegetação de entorno preservada e o rio, era caudaloso e com muitos peixes.

– *Existia ainda: uma cachoeira* denominada “Cachoeira do Sampaio”, onde os moradores lavavam roupas.

Tema 2: Conhecimento sobre a ocupação pré-colonial e pós-colonial

Os ex-moradores não puderam contribuir com esse tema. Foram apresentados os artefatos líticos aos participantes. Porém, esses objetos não foram reconhecidos e nem vistos na Ilha. Ficaram curiosos em saber sobre os artefatos, mas demonstraram pouco conhecimento sobre a ocupação indígena na Ilha.

De um modo geral, nota-se que nossa sociedade tem pouco conhecimento sobre a área arqueológica, o que reflete a necessidade de maior divulgação dos bens culturais e desenvolvimentos de programas educativos, que sensibilizem as comunidades para a importância e preservação do Patrimônio Cultural.

Tema 3: Informações sobre o presídio e o levante da Ilha Anchieta

O levante de 1952, considerado o mais sangrento da época, é um fato que desperta muito interesse por parte dos visitantes do Parque.

As atividades carcerárias e os acontecimentos da fuga e fechamento definitivo da instituição exercem uma atração renovada aumentada com o impacto dos edifícios semi-destruídos e, a maioria, em ruína (Figura 3). Esta fase tem sido privilegiada em detrimento das demais (SÃO PAULO, 1998).



FIGURA 3 – Vista do Antigo Presídio. (Foto: Tony Fleury, 2006).

No depoimento de um dos entrevistados que vivenciou os momentos da Rebelião na Ilha, identifica-se o “horror” do fato ocorrido na época:

... eu sou sobrevivente dela, eu era sentinela do presídio na hora que eclodiu a rebelião no dia 20 de junho de 52, às oito e quinze da manhã. Eu era sentinela do departamento. Aquele que quiser fazer uma pergunta, eu respondo nem que seja para o meu próprio prejuízo, eu respondo garanto com sinceridade...

... Que se tem conhecimento, aqui morreu 8 policiais, 2 funcionários civis e 12 presos. Considerando que tem 95 desaparecidos e ninguém sabe por quê. Quando a lancha saiu daqui, a Carneiro da Fonte, saiu daqui quase naufragando. Então, a primeira decisão do Pereira Lima, que foi o chefe da rebelião, que encabeçou a rebelião. A primeira decisão que ele tomou pra lancha não afundar foi jogar os presos feridos, jogar no mar pra aliviar o peso. Depois então, foi atirado no mar os de maior porte físico pra diminuir o peso da lancha, a lancha tava carregando. Depois eles fizeram uma rebelião entre eles, porque cada um queria ir para um lugar, e ninguém tinha carta náutica e ninguém sabia de nada. Então fizeram uma rebelião lá onde morreu muitos presos e feriu também muitos presos. Foram jogados no mar. Mas com essa decisão eles descuidaram do rumo, do volante, não sei como é do barco e ele bateu numa pedra, e naufragou.

Tema 4: Lendas e mitos

Antes do surgimento da Arqueologia, todas as respostas a estas questões que extrapolavam o lapso temporal de domínio da documentação textual eram encontradas em explicações místicas. Os mitos, as sagas e as lendas, evidentemente relacionadas ou originárias da tradição oral, envolviam quase sempre um núcleo histórico; o contínuo repassar ou o repassar, objetivando o reforço de uma ideologia, conduz a um esperado distanciamento dos fatos.

É, entretanto, o conhecimento popular, o meio de cultura mais propício à proliferação de explicações fantasiosas para as descobertas arqueológicas. A imaginação fértil, associada a um fascínio pelo misterioso, tem criado explicações verdadeiramente fantásticas para os achados arqueológicos. Tais explicações ingavelmente estão relacionadas à memória social.

Nos depoimentos dos participantes identificam-se algumas lendas relacionadas às aparições de luzes, vultos e barulhos misteriosos sem muitas explicações. Em dois depoimentos, foram relatadas as lendas da Mulher que cantava e enfeitiçava no Saco Grande e do Pilão de Ouro:

(...) a minha vó, ela falava que, não deixava meu pai, ninguém ir pescar lá por esse lado do Saco Grande, porque lá tinha uma mulher que cantava e quem escutava a mulher cantar caía e não voltava mais. Disse que aconteceu isso e que várias pessoas tinham morrido lá...

(...) Ah, eu sempre ouvi a lenda do famoso Pilão do Ouro. Você lembra do Pilão do Ouro que vinha lá do mangueirão até na porteira da Vila? Ali, dizia-se que ele sumia. Eu tentei achar uma vez, mais não consegui.

Outros caminhos: novos significados – novos olhares

Trilha histórico-arqueológica

Tendo como base os vestígios da cultura material encontrada em campo, a proposta é a de implantar uma trilha histórico-arqueológica, com duas vertentes: uma em direção ao caminho conhecido como "Saco Grande", e a outra com destino ao Reservatório, passando pela Vila Civil, que formariam um conjunto representativo do funcionamento do complexo carcerário, aliado a uma paisagem natural com pontos de grande beleza e impacto visual.

As trilhas encontradas pelos colonizadores, em geral precursoras dos primitivos caminhos, nasceram das estreitas trilhas indígenas que permitiam somente a passagem de uma pessoa atrás da outra, originando-se daí a expressão "fila índia" ou "fila indiana".

A finalidade é integrar esta trilha a um conjunto maior que permitirá evidenciar a complexidade de funcionamento do presídio, célula *mater* da história da ocupação pelo Estado ao longo da primeira metade do século XX, resgatando também o cotidiano dos funcionários e de suas famílias, a partir da contextualização dos vestígios arqueológicos encontrados ao longo dessa trilha.

Roteiros históricos

Os roteiros históricos propostos devem começar no atual centro de visitantes, onde será ministrada palestra preliminar integrando a situação geográfica e os aspectos ambientais à questão histórica.

No caso específico, a imagem que mais fortemente caracteriza a história da ocupação da ilha é, sem dúvida, o presídio e suas instalações.

Com relação ao prédio do presídio deve ser elaborado um folheto explicativo, com breve histórico, sobre sua construção, o autor do projeto, contextualizando os espaços de reclusão daquelas pessoas consideradas indesejáveis ao convívio social no início do século XX. Talvez, fosse o caso de comparar a planta do Presídio com a do Juquery, criadas pelo escritório Ramos de Azevedo, com o mesmo modelo e o mesmo objetivo, o confinamento.

Para a compreensão da importância deste patrimônio, é necessário que se contemple a questão do Levante e suas conseqüências, que além de ter sido um marco divisor na história da ocupação da Ilha Anchieta, possui estudos prévios que podem subsidiar a interpretação de sua significância histórica.



FIGURA 4 - Celas em ruínas do antigo Presídio no Parque Estadual da Ilha Anchieta.
(Foto: Tony Fleury, 2006).

A proposta é que uma das celas seja restaurada e mantida tal como era usada pelos detentos (Figura 4). As demais, porém, poderiam abrigar exposições que tratassem dos achados arqueológicos da própria Ilha ou da região.

No momento, propomos que seja organizada no centro de visitantes uma exposição- síntese sobre a arqueologia da região, em painéis com fotografias, desenhos e textos, com os artefatos pré-históricos e históricos já encontrados.

Trilha do Saco Grande e a do Reservatório

A trilha conhecida como "Saco Grande" abrange um complexo histórico e arqueológico destacando-se:

- *Quartel*: representava a força de repressão. Abrigava armas e alojamento de soldados da Força Pública para a manutenção da ordem e da segurança; estrategicamente situado em uma elevação do terreno, que na época permitia uma visão geral da área carcerária.
- *Casa do Médico*: em ruínas e historicamente pouco utilizada, pelo fato de os médicos se recusarem sistematicamente a residir durante longo tempo em uma ilha presídio.
- *Vila Militar*: habitação das famílias, resgatando-se com estes vestígios seu cotidiano, como viviam, os "melhoramentos" de que dispunham para seu dia a dia.
- *Olaria*: com suas fundações, nos remete à sustentabilidade, com relação à construção e à manutenção das edificações então existentes, com o fornecimento de telhas e tijolos, configurando uma economia financeira e de tempo, em virtude do isolamento da ilha em relação ao continente.
- *Vila Civil*: vestígios das moradias dos funcionários civis, paredes, portas, janelas, bem como de sua infra-estrutura – canos, tanques e vasos sanitários (Figura 5). Podemos, também, observar ruínas das oficinas que davam suporte à manutenção, como a serralheria, onde ainda hoje encontramos fragmentos de dobradiças, pregos, etc.
- *Casa das Máquinas*: com os equipamentos que garantiam a energia elétrica e que a partir da década de 1940 melhorou as condições de vida dos habitantes da Ilha.
- *Reservatório*: sua construção foi fundamental para a implantação real daquele sistema prisional, uma vez que, até então, a precariedade das instalações para o abastecimento de água tornava praticamente inviável, durante longo tempo,

qualquer concentração humana, notadamente com fins de reabilitação.

– *Escola*: inaugurada em 1º de março de 1934, foi criada para alfabetizar os filhos dos funcionários menores de idade; as turmas eram mistas, com crianças de várias faixas etárias.



FIGURA 5 – Vista do antigo Presídio e da Vila Civil na Ilha Anchieta, na década de 1940. (Fonte: Arquivos da administração do PEIA, 2001).

Esse caminho deve ter pequenos pontos de parada, para que o visitante tenha uma visão panorâmica da beleza cênica e de todo o conjunto formado pelas edificações. Seria o momento de visualizar-se o Quartel, logo abaixo a casa do Diretor e a trilha que os detentos utilizavam para pegar lenha para o funcionamento da padaria.

A escolha deste conjunto histórico-arqueológico tem por base além dos já mencionados, os seguintes requisitos:

- é de fácil acesso;
- possui estudos prévios, que futuramente devem ser intensificados e que subsidiam sua interpretação;
- sua significância e representatividade são notórias;
- é possuidor de grande visibilidade;
- tem uma infra-estrutura mínima que, também, deve ser melhorada para o desenvolvimento do turismo cultural.

A trilha deve ser implantada com largura suficiente para que duas pessoas caminhem lado a lado, e espaço adicional que permita a ultrapassagem por outra pessoa.

Outros pontos de interesse histórico-arqueológico

Outros pontos, como a Capela, o Cemitério e outros vestígios da ocupação humana na Ilha, necessitam de estudos e levantamentos mais aprofundados, uma vez que algumas questões estão em aberto:

– *Cemitério*: foi criado após a instalação do Presídio, ou seria o mesmo que se encontra em documentação do século XIX?

Segundo tradição oral o atual cemitério está no mesmo local da área de sepultamento indígena. Sugerimos que as futuras pesquisas arqueológicas sejam realizadas em seu entorno, uma vez que os fragmentos de cerâmica corrugada da tradição tupi foram encontrados nas proximidades.

– *Capela*: figura no projeto original de Ramos de Azevedo, no entanto o desenho não é condizente com o edifício atual. Historicamente, consta a existência de uma capela na Freguesia do Senhor Bom Jesus da Ilha dos Porcos, seria a mesma?

Quando a ilha foi desapropriada pelo Estado, existiam várias habitações. Quantas foram destruídas e quais as que foram preservadas e utilizadas como anexos ao complexo presidiário?

Antigos caminhos apresentam vestígios de habitações em pontos perenes, como as que se encontram no rio Parcelzinho, as situadas na trilha da Praia do Sul e a do Leste e as colunas encontradas nessa mesma praia. Seriam de assentamento dos séculos XVIII e XIX?

Roteiro pré-colonial

Quatro áreas devem ser levantadas com potencial de uso para pesquisa e visitação: a Praia de Dentro, Prainha ou do Engenho, Palmas e Praia do Leste. Na Praia de Dentro foi encontrado um artefato lítico, bifacial, bem trabalhado.

Os artefatos feitos de pedra, também chamados de líticos, são ferramentas usadas para as mais variadas tarefas e que, por isso, podem nos informar muito sobre a caça, a pesca, a agricultura e a tecnologia, para transformar materiais brutos em bens manufaturados, para construir habitações ou para remodelar os terrenos onde eram instaladas as aldeias.

Além dos líticos, outro material que se preserva muito bem e constitui uma das principais fontes de informação sobre o homem pré-histórico é a cerâmica, artefatos de barro cozido - embora seu uso seja muito mais recente que a pedra, atingindo um máximo de 12 ou 13 mil AP (antes do presente), equivalente a "antes de 1950".

Os fragmentos de cerâmica encontrados pela arqueóloga do MAE - USP fazem das praias citadas, roteiro interessante para se levantar a pré-história dos povos antigos, uma vez que se tratam de evidências materiais de grande poder interpretativo, pois alguns utensílios cerâmicos estão relacionados a funções cotidianas coletivas, como o preparo de alimentos, cozimento e estocagem, e podem estar igualmente vinculados a usos específicos e restritos a determinados grupos de indivíduos (como o comércio e/ou troca de bens, rituais etc.), nos fornecendo indicações a respeito de sua simbologia e de seus valores sociais.

Foram recolhidas amostras para datação por termoluminescência (TL), cujo resultado proporcionará estimativas cronológicas.

Em virtude do grande potencial histórico-cultural da Ilha Anchieta, é necessário que novas pesquisas arqueológicas sejam realizadas nesses locais, com o objetivo de evidenciar possíveis sítios utilizados para o assentamento humano e sua relação com o meio em que viviam, dada a importância primordial do ambiente para aqueles grupos, na obtenção de recursos de subsistência por meio da caça, pesca e coleta.

O conjunto das informações resultantes destes artefatos produzidos ou simplesmente utilizados pelo homem, bem como os locais que transformavam para habitar, é considerado a sua "cultura material", objeto de nossos estudos. Sua divulgação ao grande público e a definição de um roteiro pré-colonial somente devem ser feitos depois de pesquisas arqueológicas mais aprofundadas.

Divulgação

Os bens culturais necessitam de maior divulgação junto à sociedade brasileira de modo geral. Pode ser feita de várias maneiras, com material de boa qualidade informativa e estética, distribuído ou vendido. Neste último caso, é possível pensar na geração de renda para a manutenção do local. Esse material pode ter vários formatos, como folhetos, cartões-postais, mapas, *souvenires* com o logotipo e /ou imagens do bem cultural, reproduções, fotos, *slides* etc.

Outros meios de divulgação e informação são os documentários em CDs, DVDs e publicações de vários níveis. Nesses casos, além da imagem, deve haver preocupação com o conteúdo, uma vez que o visitante que procura tal material, via de regra, está em busca de uma informação mais detalhada, ao invés de simples lembranças da visita.

A conscientização das comunidades sobre a importância do patrimônio cultural brasileiro deve ser de responsabilidade das instituições e entidades, direta ou indiretamente envolvidas na sua preservação.

Uma vez considerada a conveniência da divulgação das trilhas e sítios históricos e arqueológicos do PEIA, também em âmbito regional, deve-se admitir a possibilidade de instalação de postos de informações na sede da Prefeitura do município de Ubatuba, ou em grupos escolares, com estande ou quiosque, espaço com maquetes e outros audiovisuais, ou mesmo um local construído especificamente para tal fim, com objetos em exposição ou à venda, além de folhetos de informações, mapas, cartazes, publicações, postais e serviços de guias para acompanhamento local.

Essa infra-estrutura pode ser instalada em locais que concentrem um fluxo razoável de pessoas, constante ou periodicamente, como estações rodoviárias, marinas hotéis, restaurantes, centro de informações turísticas do município e feiras de turismo e de negócios.

Público alvo

As atividades de educação e interpretação ambiental, desenvolvidas na área, utiliza-se dos equipamentos históricos e trilhas existentes no Parque, para estimular os usuários a conhecer, apreciar, desfrutar e proteger os recursos naturais da Ilha e de sua paisagem, bem como criar oportunidades para estudantes e professores desenvolverem vivências e estudos do meio, visando ao envolvimento das comunidades de entorno para a conservação e valorização do PEIA e de outras áreas protegidas da Mata Atlântica (GUILLAUMON *et al.*, 1989).

Hoje, cerca de 80.000 visitantes, anualmente, chegam ao Parque para desfrutar do lazer e das atividades educativas que são oferecidas por esse Programa.

Desde a publicação do Plano de Manejo em 1989, os investimentos do Banco Mundial, no ano de 1998, foram os mais significativos para a revitalização da infra-estrutura turística na área. Os reflexos foram imediatos, provocando um aumento na visitação pública, que saltou de 53.000 visitantes/ano em 1997 para 87.000 visitantes/ano em 2002, e possibilitou ao Programa de Educação Ambiental a ampliação de suas atividades educativas na Unidade (ROBIM *et al.*, 2004).

Como já existe uma visitação regular à Ilha Anchieta, com identificação dos grupos de turistas, a análise da frequência e da satisfação dos visitantes poderia ser realizada para definir melhor os pontos de interesse que poderão ser destacados, e aprimorar o nível da informação.

Esta análise de frequência ou de mercado também poderá auxiliar nas previsões futuras, não só no que concerne às novas instalações e equipamentos,

como também para controle do fluxo de visitantes e as providências a serem tomadas com o possível incremento da visitação.

Proteção do patrimônio cultural do PEIA

A construção do Patrimônio Cultural é um ato que depende das concepções que cada época tem a respeito do quê, para quem e porquê preservar. A preservação resulta, portanto, da negociação possível entre os diversos setores sociais, Estado e cidadãos.

A expressão "Patrimônio Cultural" é abrangente, não se referindo a uma parte apenas dos bens culturais, o patrimônio histórico, arqueológico e arquitetônico. Essa noção compreende outra mais ampla, e envolve a de patrimônio ambiental, uma vez que hoje concebemos o ambiente como um produto da ação dos homens, portanto, de sua cultura.

A área do PEIA tem características peculiares geradas por sua localização insular e por ter sido considerada de segurança máxima; a preservação deste patrimônio constituído também por objetos, documentos escritos, imagens, áreas naturais, paisagens e edificações é a garantia de que a sociedade tenha maiores oportunidades de perceber a si própria.

Os bens patrimoniais brasileiros são protegidos por leis federais (Decreto 25/37 e Lei 3924/61), visando à sua manutenção para usufruto da sociedade nacional e limitando, desse modo, direitos individuais em função do interesse público.

Ao se propor a abertura de um sítio histórico-arqueológico à visitação, é necessário indicar a existência dessa legislação, dos órgãos federais, estaduais e municipais, com competência para sua aplicação e as sanções aos infratores dessas leis. Deve-se, no entanto, buscar uma linguagem adequada para que essas informações sejam incorporadas pelo visitante, tornando-o co-responsável pela proteção do patrimônio cultural.

O conhecimento sobre a legislação de proteção ao patrimônio cultural e ambiental brasileiro é da maior importância para os visitantes do PEIA. Sua divulgação pode ser feita da seguinte forma:

- *elaboração e distribuição* de material de divulgação da legislação de proteção aos bens culturais e naturais, a ser colocado à disposição dos visitantes;
- *tais informações* devem ser tratadas em linguagem clara, concisa, não coercitiva e sim educativa, de modo a estimular a participação da sociedade na sua proteção e preservação.

Sugere-se a reprodução dos seguintes textos legais:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que descreve quais os bens com proteção especial, qual a competência da União, Estados e Municípios para legislar sobre o patrimônio cultural nacional e as medidas de acautelamento existentes;
- Código Penal Brasileiro, que estabelece penas para os crimes contra o patrimônio, inclusive no que se refere às alterações dos aspectos do local;
- Lei 3924 de 1961, que dispõe sobre a proteção ao patrimônio arqueológico brasileiro, as formas de investigação científica e as penas cabíveis para ações de destruição.
- Lei 4771 de 1965 que institui o Código Florestal.
- Lei 9985 de 2000 que regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.
- Decreto Estadual 25341 de 1986 que aprova o Regulamento dos Parques Paulistas.
- Decreto 9414 de 1977 que Cria o Parque Estadual da Ilha Anchieta e dá providências correlatas.

Recomenda-se, ainda, a transmissão direta de informação sobre tais instrumentos legais aos visitantes, seja por meio da comunicação oral – por guias/monitores – ou pelo uso de sinalização visível e de linguagem clara, colocada nos principais pontos de visitação pública.

Para estes sítios históricos e arqueológicos serem preservados como patrimônio cultural é necessário um esforço conjunto entre Poder Público e a população, que deve ter acesso às informações. Conhecer o passado, é repensar a história, e dessa forma sensibilizar os visitantes da importância dos testemunhos e de sua preservação, o que constitui um exercício de cidadania.

Conclusões

Os resultados dos levantamentos históricos sobre a ocupação da Ilha Anchieta, permitiram concluir, que:

- há necessidade de estudos mais sistemáticos em arquivos públicos, localizados principalmente em São Paulo, Santos e no

Rio de Janeiro, de tal maneira que se possa criar um banco de dados com informações mais precisas sobre esse período de ocupação;

– em relação ao século XVI, as futuras pesquisas históricas podem partir de duas premissas: a possível presença dos Tupinambás nesta ilha e a Confederação dos Tamoios;

– a presença indígena na ilha foi comprovada pela pesquisa de campo, realizada em 2002, através de artefatos líticos e fragmentos de cerâmica corrugada e unglada, identificados como pertencente à tradição tupi-guarani, demonstrando a necessidade de estudos histórico-arqueológicos mais profundos sobre a presença humana no período pré-colonial;

– é necessária a realização de um diagnóstico multidisciplinar na área do PEIA, para o conhecimento detalhado das condições físicas, sociais, geográficas, históricas e arqueológicas do local, bem como o registro de qualquer elemento interpretativo existente ou cuja formulação esteja em curso;

– com base nos vestígios da cultura material encontrada em campo, é proposta a implantação de uma trilha histórico-arqueológica, com duas vertentes: uma em direção ao caminho conhecido como "Saco Grande", e a outra com destino ao Reservatório, passando pela Vila Civil, que formariam um conjunto representativo do funcionamento do complexo carcerário, aliado a uma paisagem natural com pontos de grande beleza e impacto visual;

Recomenda-se a elaboração de critérios básicos para a inserção dos sítios histórico-arqueológicos em um sistema de visitação controlada, o chamado Turismo Cultural, e diante da necessidade de se cumprir a legislação específica de proteção deste patrimônio, é necessário o desenvolvimento de ações que devem obedecer a determinadas diretrizes:

– a disponibilidade de informações corretas e concisas sobre os bens culturais em questão – o que são, o que significam, para que servem, como, quando e por quem foram feitos –, de maneira que possam ser repassados ao público, com o caráter de divulgação e de educação patrimonial;

– o estabelecimento de regras de comportamento a serem adotadas pelos visitantes, de maneira que a proteção e a preservação destes bens culturais se tornem prática usual.

Referências

AMENOMORI, S.N. **Os processos de ocupação dos grupos pescadores coletores pré-históricos nas Ilhas do Litoral Norte de São Paulo**. Pré-projeto de Doutorado, MAE USP, SP, 2002.

ANTONIETO, A.D. **Aspectos jurídicos do uso público nas unidades de conservação de proteção integral**: estudo de caso do Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA, Ubatuba-SP. 2006.127f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2006.

BLOCH, M. **Introdução à história**. Portugal: Publicações Europa América, 1997.

BO, J. B. L. **Proteção do patrimônio na UNESCO**: ações e significados. Brasília: UNESCO, 2003.186p. Disponível em <<http://www.unesco.org.br/>>. Acesso em 10, maio 2008.

BUSSOLOTI, J. M.; ROBIM, M.J; OLIVEIRA, M.C.P. Revitalização da festa do Bom Jesus: um processo de preservação do patrimônio cultural em uma unidade de conservação. **OLAM – Ciência e Tecnologia**, Rio Claro, v. 7, n.1, p.720-734, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente / Secretaria da Biodiversidade e Florestas / Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** – SNUC lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5.ed.aum.Brasília: MMA/SBF,56p., 2004

LUMBRERAS, L.G. **La arqueologia como ciencia social**. Peru: Histar, 1974.

GUILLAUMON, J.R. *et al.* Plano de manejo do Parque Estadual da Ilha Anchieta. **Revista IF-Série Registros**, São Paulo, 1989. n.1, p.1-103

KATAOKA, S. Y. Indicadores da qualidade da experiência do visitante no Parque Estadual da Ilha Anchieta. 2004. 97 f. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, Piracicaba.

MADRE DE DEUS, F. G. **Memórias para a história da Capitania de São Vicente**. São Paulo: Livraria Martins, 1954.

OLIVEIRA, W. **Ubatuba (documentário)**. São Paulo: Ed. do Escritor, 1977.

OLIVEIRA, A. R. V. **Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo**, 1810. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1978. Reedição.

ROBIM, M. J. **Análise das características do uso recreativo do Parque Estadual da Ilha Anchieta: uma contribuição ao manejo**. 1999, 161f. Tese

(Doutorado em Ciências) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.

ROBIM, M.J.; FONTES, M. A.; CAVALHEIRO, F. Determinação da capacidade de carga da Trilha da Praia do Sul no Parque Estadual da Ilha Anchieta: uma aplicação do método de Cinfuentes. In: SANTOS, J. E. dos; CAVALHEIRO, F.; RODRIGUES PIRES, J. S.; OLIVEIRA, C.H.; RODRIGUES PIRES, A.M.Z.C. (Org.). **Faces da polissemia da paisagem: ecologia, planejamento e percepção**. São Carlos: RiMa, 2004.

ROBIM, M.J.; DINIZ, H.N; FONTES, M.A.; COCCO, M.D.A; NALON, M.; MATOS,I.F.A; CRUZEIRO,E.C.; SANTORO, J.; FISCH, G.; REZENDE FILHO,C.B.; VILAR,D.D.; FRANCO, A.M.P.; FONSECA,F.P.; SOBRINHO, J.M.A. Projeto: **Significados histórico- arqueológico, arquitetônico e ambiental do Parque Estadual da Ilha Anchieta – PEIA – Diretrizes para Restauração e Revitalização de Patrimônio Histórico-Cultural em Unidades de Conservação**. São Paulo: Instituto Florestal, Instituto Geológico e UNITAU. Relatório Científico - Fase I, FAPESP, 2004.

SÃO PAULO. Leis, Decretos etc. Decreto n.º 9.629, de 29 de março de 1977. In: SÃO PAULO, Legislação. São Paulo, **Imprensa Oficial do Estado**, p. 428. Cria o Parque Estadual da Ilha Anchieta e dá providências correlatas, 1977.

SÃO PAULO. Leis, Decretos, etc. **Resolução n.40**, de 06 jun/1985.

SÃO PAULO. Decreto no 25.341, de 04 de Junho de 1986. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 96 (104): 3, 05 de jun. 1986, Seção I. Aprova o Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas, 1986.

SÃO PAULO. **Constituição do estado de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1989.

SÃO PAULO. 1998. Projeto museológico. Consultoria Marcos Carrilho Arquitetos S/C Ltda. **Relatório apresentado à Unidade Gerenciadora do Projeto Ilha Anchieta** – Convênio MMA / PED 97 CV 047, São Paulo (SP), 1998. (Relatórios: 1º, 2º, 3º e 4º).

SCIFONI, S. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 14, p. 77- 88, 2003.

UNESCO. Convenção para a proteção do patrimônio mundial, natural e cultural. 1972. Disponível em <<http://www.unesco.org.br/>>. Acesso em 10 maio 2008.

VILAR, D.D; FONSECA, F. P. Levantamento Histórico e Arqueológico – Diagnóstico (Relatório, julho 2004). In: ROBIM, M. J. (Coord.) **Projeto - Significados Histórico: arqueológico, arquitetônico e ambiental do Parque Estadual da Ilha Anchieta – PEIA. Diretrizes para Restauração e Revitalização do Patrimônio Histórico - Cultural em Unidade de Conservação**, São Paulo: Instituto

Florestal, Instituto Geológico e UNITAU. Relatório Científico - Fase I, FAPESP, 2004.

ZAMORA, M.F. **A Arqueologia como História**. São Paulo: Dédalo, 1990.

ZANIRATO, S.H.; RIBEIRO, W.C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51 p. 251-262, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/>>. Acesso em 10 maio 2008.

Agradecimentos

Aos antigos moradores da Ilha Anchieta, pela valiosa contribuição a esta pesquisa e à FAPESP, pelo financiamento do Projeto de Pesquisa, Processo nº 03/06416-2.

Informações sobre os autores:

[1] Maria de Jesus Robim – <http://lattes.cnpq.br/3029741171566877>
Bióloga, Doutora do Instituto Florestal, Secretária de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.
Contato: mjesusrobim@gmail.com

[2] Dalmo Dippod Vilar – <http://lattes.cnpq.br/0327861532689262>
Historiador, Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo.
Professor do Imensu - Instituto Mairiporã de Ensino Superior.
Contato: ddvilar@usp.br

[3] Filomena Pugliese Fonseca – <http://lattes.cnpq.br/5469715537185352>
Advogada, Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo.
Contato: menafon@usp.br

[4] Maria Dolores Alves Cocco – <http://lattes.cnpq.br/7102598076009578>
Arquiteta, Doutora, Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade de Taubaté; coordenadora do Núcleo de Preservação do Patrimônio Cultural.
Contato: cocco@unitau.br